

Sindicatos de servidores do INSS rebatem críticas de parlamentar

Teletrabalho da autarquia foi alvo de reclamações do deputado Paulo Pimenta

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Martha Imenes

As críticas do deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) sobre o trabalho remoto de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que atingiria 70% do funcionalismo, provocou reações de sindicatos, que rebatem as afirmações do parlamentar.

O Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Rio Grande do Sul (Sindisprev-RS), por exemplo, afirmou que não procede a informação de que cerca de 70% dos funcionários do instituto atuam em regime remoto.

Dados oficiais do próprio INSS indicam que o percentual médio de servidores em teletrabalho é de aproximadamente 40%, número considerado significativamente inferior ao que vinha sendo divulgado.

Na avaliação do Sindisprev-RS, a divulgação de percentuais imprecisos passa a impressão de que os trabalhadores do INSS são responsáveis pelos problemas, como a fila de 3 milhões de segurados aguardando por aposentadorias e outros benefícios.

“A distorção desses dados contribui para desinformar a sociedade e reforçar uma narrativa que tenta transferir aos servidores a responsabilidade por problemas que são estruturais, históricos e amplamente documentados”, afirmou o sindicato, em nota.

A entidade aponta que as dificuldades enfrentadas pelo INSS estão relacionadas a fatores estruturais, como déficit de pessoal, limitações tecnológicas e falta de investimentos ao longo dos anos, e não ao regime de trabalho adotado pelos servidores.

Já o Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previ-



Pimenta, responsabiliza a falta de controle da gestão do INSS pelo atendimento precário

dência (Sinssp-BR) rebateu as declarações do deputado, que atribuiu os problemas no atendimento do INSS à suposta recusa de servidores em cumprir jornada presencial.

Segundo o sindicato, a fala ignora a realidade enfrentada pela categoria, marcada por sobrecarga de trabalho, metas elevadas e sistemas ineficientes. O teletrabalho, afirma a entidade, é uma modalidade essencial para reduzir as filas virtuais e garantir a análise de benefícios, já que os servidores que atuam remotamente cumprem metas 30% superiores às do regime presencial e arcam com os custos de sua própria estrutura de trabalho.

O Sinssp-BR destaca ainda que muitas agências não possuem condições adequadas para receber servidores. Reformas recentes reduziram guichês e espaços de atendimento, enquanto parte dos equipamentos de informática e da

infraestrutura de internet encontra-se defasada, comprometendo a agilidade dos processos.

De acordo com o sindicato, sem o teletrabalho as filas virtuais seriam ainda maiores, já que a estrutura física das agências não comporta a demanda atual. “Declarações como essa apenas aprofundam a desvalorização do serviço público e ignoram o esforço real de uma categoria que segue trabalhando além dos limites para assegurar direitos da população brasileira”, afirma a nota.

Para o Sinssp-BR, valorizar os servidores é condição indispensável para reduzir filas, melhorar o atendimento e fortalecer o INSS — caminho oposto ao da desinformação e da culpabilização de quem está na linha de frente.

Relembre

No final de janeiro, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) disse durante uma entrevista que a si-

tuação enfrentada por aposentados e segurados do INSS é “inaceitável”, especialmente diante da manutenção do home office por grande parte dos servidores desde 2020. Pimenta afirmou que cerca de 70% dos funcionários do instituto seguem trabalhando remotamente e resistem até mesmo ao modelo semipresencial, o que, para ele, compromete o funcionamento do órgão.

O deputado responsabiliza a falta de controle e de liderança da gestão do INSS pelo atendimento precário, afirmando que os aposentados estão sendo “massacrados” enquanto a corporação se protege.

De acordo com Pimenta, o problema não está na falta de pessoal, como alegam servidores, mas na recusa de parte deles em cumprir jornada presencial. O deputado relatou que até propostas de mutirões para reduzir a fila de pedidos de aposentadoria e benefícios por incapacidade esbarram na resistência à volta ao trabalho. Ele

denunciou ainda que há servidores que não residem mais na cidade de lotação, incluindo casos de funcionários morando no exterior.

O parlamentar também criticou o fechamento de agências e o funcionamento de unidades com apenas um servidor, além de considerar insuficientes as explicações da presidência do INSS, que atribuiu os problemas ao sistema da Dataprev.

Pimenta destacou ainda a falta de peritos médicos no Sul e no Sudeste, após a nomeação de novos profissionais majoritariamente para as regiões Norte e Nordeste, e afirmou que não aceitará “desculpas esfarrapadas” para o mau atendimento prestado à população.

Principais pontos de atrito

Nota de repúdio: o Sindisprev-RS manifestou “profunda indignação” com falas do deputado, que na visão dos sindicalistas, responsabilizam os trabalhadores pelo sucateamento do órgão.

Críticas ao atendimento: servidores rebateram a afirmação de Pimenta de que o problema no INSS não seria falta de pessoal, mas sim a recusa de parte da categoria em cumprir a jornada.

Sucateamento: entidades da categoria apontam que o INSS sofre com sucateamento, o que gera as filas e instabilidade no atendimento, contrariando a narrativa de que a responsabilidade seria dos servidores.

Conflito de narrativas na CPMI: as críticas ocorrem em um contexto onde Paulo Pimenta atua na CPMI do INSS, focando em descontos indevidos por entidades fantasmas no governo anterior, enquanto representantes dos servidores defendem a estrutura da autarquia.

Câmara analisa PL que amplia direito em caso de invalidez

Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.79/2024, que define situações específicas de invalidez permanente capazes de assegurar aposentadoria ou pagamento de seguro a profissionais da segurança pública vítimas de acidentes em serviço. A proposta, de autoria do deputado Bino Nunes (PL-RS), foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

O texto prevê hipóteses como paraplegia, tetraplegia, amputação de membros e cegueira, entre outras condições físicas ou

nerológicas que inviabilizam o exercício da atividade laboral. A medida altera normas que regem as polícias Federal, Civil e Militar, além do Corpo de Bombeiros e das guardas municipais, e inclui também os policiais penais.

Segundo Nunes, o projeto busca “aperfeiçoar” a legislação vigente, diante das dificuldades enfrentadas por agentes que atuam em situações de elevado risco. “Embora a legislação já lhes preveja aposentadoria ou seguro, é evidente que as normas podem ser aperfeiçoadas”, afirmou.

O projeto segue em caráter con-

clusivo, ou seja, não precisará passar pelo Plenário, a menos que haja requerimento para apreciação. Após a aprovação na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o texto será analisado pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Para se tornar lei, a proposta ainda precisa ser aprovada pelo Senado e sancionada pelo presidente da República.



Proposta de autoria do deputado Bino Nunes (PL-RS) está em tramitação na Câmara